



Prefeitura do Município de Londrina

Estado do Paraná

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

SMC: ANEXO XI

FÁBRICA – REDE POPULAR DE CULTURA

Apresentamos aos artistas, arte-educadores, produtores culturais, coletivos, ativistas comunitários, atuadores na cultura em geral e a todos os londrinenses os fundamentos com os quais iniciamos o programa de gestão cultural **FÁBRICA – REDE POPULAR DE CULTURA**, que desejamos implantar no Município nos anos vindouros, tendo por objetivo estender os direitos culturais, efetivamente, aos cidadãos de Londrina.

O **FÁBRICA – REDE POPULAR DE CULTURA** quer ser um marco consolidador de Londrina como exemplo de política pública de cultura, um farol nesse sentido entre os municípios brasileiros. Os fundamentos deste programa contêm, neles, nortes apontados pela trajetória histórica de desenvolvimento da gestão cultural no Município e pelas Conferências de Cultura da Cidade de Londrina e se desdobrarão em critérios orientadores de prioridades de seleção nos editais do Programa Municipal de Incentivo à Cultura – PROMIC, bem como em organizadores de redes de ação cultural entre os projetos que serão selecionados nestes editais.

- **FÁBRICA – REDE POPULAR DE CULTURA: ETMOLOGIA E SENTIDOS**

As origens da palavra nos inspiram os sentidos.

FÁBRICA,

do latim *fabrica*, remete ao lugar onde se faz as coisas. Remete ao fazer-artesão, não ao fazer da máquina;

Escolhemos para nominar nosso programa uma fábrica arquetípica, de *facere*: fonte de recursos, junção de artistas, técnicas e fazeres criativos.

Fabricar, de dar origem, trabalhar e retrabalhar materiais diversos, em processos diversos, manufaturas criativas, produção-invenção;

Lugar que origina, lavra, cultiva. Tem histórias, ideação, projeção, feita, confecção, montagem,

manufaturação. Gera felicidade; qualidade de vida.

REDE,

Também originária do Latim, de “*rete*”, laço, sedução, muito associada à *conexão*, no sentido de atar um ao outro, de ligar um ao outro.

Redes entrelaçam fios, formando um todo. Significa pessoas com projetos e objetivos em comum trabalhando em conexão. Significa estruturas e experiências que se interligam e se somam.

POPULAR,

do latim *popularis*, "do povo".

Que pertence ao povo; que concerne ao povo. Que é comum e usual entre o povo.

Disse o sociolinguísta Bakhtin que não se explorou ainda a importância do riso popular e suas formas, do humor e da cultura do povo em feiras, praça pública e cotidianidade, porque são áreas que geralmente fogem da estética burguesa.

A cultura popular, observa o sociolinguísta, é cheia do elemento de jogo, formas animadas e teatralizadas, que são as formas do carnaval, onde as fronteiras da arte e da vida são poucas e estão uma a favor da outra.

O riso popular é um elemento estético fundamental: corresponde ao tempo alegre, que anuncia o futuro.

CULTURA,

também do latim *Cultura*, *Culturae*, de cultivar, tratar e cuidar da terra, da mente, do conhecimento. Tornar produtivo.

Raymond Williams, filho de ferroviários e camponeses ingleses, fundador e uma das principais expressões dos Estudos Culturais, campo contemporâneo e desafiador das ciências humanas, escreveu, em 1958, o texto que é considerado uma das bases dessa área do conhecimento: “A cultura é algo comum”.

Ele o inicia descrevendo a paisagem cotidiana e social da viagem que fazia, de ônibus, do interior inglês para a universidade de Cambridge e, num determinado momento, interrompe o fluxo descritivo, afirmando: “*Trata-se de uma viagem que, de um modo ou outro, todos nós já fizemos*”.

Em seguida, lança a afirmação base de seus estudos: “*A cultura é algo comum, ordinário: devemos começar por aí*”.

Com essa afirmação, Williams soma uma nova ênfase à visão antropológica da cultura, que desde o século XIX apontou a diversidade cultural nas sociedades, tanto umas em relação a outras como na vida interna de cada uma, envolvendo a organização social e religiosa, os imaginários e os bens simbólicos.

Sua angulação destaca a presença da cultura nos modos de vida, na cotidianidade, nas comunidades, nos significados em comum com que estruturamos as relações e instituições, bem como nas tensões, contradições e disputas em torno deles. Enfatiza, igualmente, as artes, o aprendizado e “os processos especiais de descoberta e esforço criativo”.

Williams voltou seus estudos contra o elitismo na visão sobre cultura: “*Pergunto-me que espécie de vida pode produzir essa minudência, essa decisão (...) de definir certas coisas como “cultura” e então isolá-las, como que construindo um muro em volta de um jardim, das pessoas comuns e do trabalho comum.*”

Igualmente, recusou as fórmulas massificantes da cultura, que ao invés de abrir espaço para as pessoas capturam-nas na condição de consumidoras, interpretando e produzindo no lugar delas. E concluiu: “*todos os canais de comunicação expressão deveriam ser abertos e acessíveis, de forma que toda vida real (...) possa estar disponível para a consciência e a significação*”.

Fechamos, a partir desse texto fundador de Williams, com a crença e a importância de que a cultura é um bem de compreensão, sentimentos e expressão, para todos: “*A cultura é comum. O desejo em aprender ou nas artes é algo simples, agradável e natural*”.

A partir daí, projetamos a **FÁBRICA – REDE POPULAR DE CULTURA**.

- POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA: DEFINIR E CONSTRUIR

O que entender por política pública de cultura? Se essa é uma questão difícil de responder, não é por acaso. Cultura, apesar de vista como direito desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, recebeu formulação preparatória para ser tratada como direito internacional efetivo apenas em 1982, no âmbito da Unesco – Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura. Na ocasião se reconheceu o direito às expressões artísticas, a diversidade cultural, a pluralidade dos modos de vida e os direitos fundamentais do ser humano.

É tão novo e descontínuo o esforço por firmar políticas culturais públicas que outro momento internacional significativo só foi acontecer em 2004, na elaboração da Agenda 21 da Cultura. Governos de regiões, cidades e municipalidades se reuniram em Barcelona, com essa preocupação. Uma formulação importante da Agenda 21 foi a busca pelo patamar mínimo de 1% dos orçamentos nacionais para a cultura, no intuito de ampliar o acesso a sua diversidade e às expressões artísticas.

Além de orçamentos pífios, as políticas públicas de gestão cultural carecem de diretrizes amadurecidas e comuns. Compreende-se que uma política cultural seja formada por conceitos, diretrizes, objetivos e programas de ação que estruturam a ação do poder público em relação ao meio cultural, em geral entendido como o conjunto dos atuadores em torno das diversas linguagens artísticas e expressões culturais, bem como com a preservação da memória imaterial e do patrimônio histórico.

Essa compreensão básica e mais comum, no entanto, não é suficiente para entender a importância ou os desafios de implantar políticas culturais públicas. Tampouco se pode ter um bom entendimento apenas pela conceituação. Ele precisa ser nutrido pela realidade, pela experiência.

A EXPERIÊNCIA DE LONDRINA

Londrina nasceu e cresceu no convívio da diversidade cultural, um fator que certamente tornou seu solo fértil para que a diversidade artística florescesse. Em termos de política cultural pública, também temos uma história muito significativa, em pleno desenvolvimento, com seus incícios já na década de 60 e depois, à partir da Universidade Estadual de Londrina, aglutinando pessoas, promovendo festivais, na década de 70.

Em 1987 foi criado - a partir dos produtores culturais e da sociedade civil - o Conselho Municipal de Cultura, em sua primeira versão. Até a década de 90, as ações culturais eram tocadas pelos próprios grupos sociais, sem que existisse uma atenção do poder público no sentido de integrá-las e promover contínuos esforços para sua expansão à todos os londrinenses.

Em 09 de março de 1992, foi criada a Secretaria Municipal de Cultura pela Lei 4.945, a partir do antigo Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação. A própria dinâmica do processo cultural da cidade exigia uma secretaria com o objetivo de fomentar e distribuir o acesso à cultura, proporcionando apoio aos produtores culturais do município no desenvolvimento de suas atividades.

Em 1992, aprovou-se a Lei de Incentivo Fiscal à Cultura. Em 1994 ela passou a funcionar, proporcionando ao produtor cultural londrinense o apoio às suas atividades, com recursos públicos pela modalidade de renúncia fiscal. Em 1993 é criada a Escola Municipal de Dança e em 1996 a Escola Municipal de Teatro, dois centros formadores e propagadores da arte, acessíveis à população, capitaneados pela Fundação Cultura Artística – Funcart, conveniada com o poder público. Foi se formando na cidade uma tradição de prover a cultura à população através de projetos de artistas e produtores culturais, fundamentalmente.

Também fomos acumulando experiências sobre o potencial das oficinas e projetos socioculturais, vindas dos Projetos de Maio do Festival Internacional de Teatro – Filo, de ações formativas do festival de música e do papel formador das escolas de dança e teatro.

A partir de 2001, vivemos decisivos passos na modelagem de gestão inspirada na construção de uma

política pública de cultura. A diretriz de gestão era implantar a cultura como política pública, ofertando a diversidade cultural para a população no município como um todo. Tínhamos como diagnóstico que os aparelhos culturais e as linguagens artísticas circulavam majoritariamente no eixo central da cidade. Bairros que circundavam o eixo central, bairros mais periféricos e distritos recebiam e difundiam pouco a diversidade das linguagens e produtos artísticos.

A diretriz previa a diversidade da cultura e os potenciais expressivos da arte como elementos de cidadania, para a vida de todas as pessoas. A Rede Cidadania foi o programa criado visando uma ampla circulação cultural e uma igualmente ampla oferta de oficinas de criação artístico-cultural para a população. Em 2001 se iniciou um sério debate junto ao meio cultural sobre a Rede Cidadania como horizonte.

O NASCIMENTO DO PROMIC

Em setembro de 2001 aconteceu a 1ª Conferência de Cultura da Cidade de Londrina. A proposta da Rede Cidadania foi sacramentada. O meio cultural e o poder público colocaram como perspectiva modificar a legislação de fomento a projetos, substituindo o modelo de renúncia fiscal por um fundo público onde os recursos fossem do orçamento municipal aos projetos aprovados. Isso significava poupar os projetos de um trabalho penoso e demorado de captar recursos, que, afinal, eram recursos públicos. Mas acima de tudo significava o poder público assumindo a importância e a responsabilidade pelo fomento cultural.

Durante o ano de 2002 a legislação do Promic foi elaborada, tramitou no legislativo, foi aprovada e a prefeitura se preparou administrativamente para iniciar o Programa em 2003. A dotação orçamentária inicial do Promic foi de R\$ 3,5 milhões, que representava 1.12% do orçamento da administração direta.

O PROMIC COMO GESTÃO COMPARTILHADA

O que tornou o Promic importante foi uma combinação de fatores, portanto:

- 1) Ser um mecanismo para oferecer os benefícios da arte e da cultura para a população, amplamente;
- 2) Ser um compromisso do poder público com essa importância, com orçamento significativo;
- 3) O reconhecimento, pelo poder público, de que a cultura emana dos artistas e das comunidades, e os projetos são a forma de prover o direito a sua diversidade;
- 4) Uma interlocução sobre prioridades entre poder público, artistas e comunidades, gerando projetos;
- 5) Ser proporcionador de redes de ação cultural somando as potências dos diversos projetos, como foi a Rede Cidadania, potencializando as oficinas criativas e a circulação das criações dessas oficinas na cidade.

Em 2006 a Rede Cidadania atingiu um patamar aproximado de composição de 50 projetos anuais, que ofertavam cerca de 20 oficinas e atendiam algo em torno de 7000 pessoas, majoritariamente crianças e adolescentes. Essa ação cultural sacudia a cidade, circulando criações em escolas, praças, no Calçadão, na Concha Acústica, nos teatros Ouro Verde e Zaqueu de Melo, além de espaços diversos. Em 2007, a iniciativa londrinense foi ganhadora do Prêmio Cultura Viva, do Minc, como exemplo municipal

envolvendo cultura, educação e comunidades. O mote que movia a Rede Cidadania, então, passou a ser “A cidade como circuito expressivo”.

Desse processo, resultou dignidade, cidadania, conhecimento, desenvolvimento da criatividade e, para muitos, uma carreira artística profissional. E se pode dizer isso como uma coisa real, traduzida em histórias de vida.

Outro programa fundamental, viabilizado através do Promic, foi o Vilas Culturais, que proveu a cidade de espaços de fruição da cultura e das diversas artes e proporcionou a artistas e produtores centros organizadores de suas atividades, de suas pesquisas criativas e de suas oficinas e atividades formadoras.

São muitos os que acham não ser papel do poder público o investimento em cultura. Outros imaginam o fomento como uma espécie de mecenato público, o que é um erro, porque numa verdadeira política pública seu objetivo é ofertar às pessoas e comunidades a diversidade da cultura, a partir das fontes criadoras: artistas, produtores, agentes culturais e comunidades.

O investimento empresarial em cultura é raro, e vem acompanhado da visão e interesses empresariais, o que é legítimo. Da mesma forma, o poder público deve investir em cultura, pela relevância social e importância estratégica na qualidade de vida nas cidades. A política pública cultural de Londrina e sua história são um farol que sinaliza esse caminho.

Hoje, aos 18 anos da implantação do Promic, um balanço de sua trajetória, de seus mecanismos e de seu orçamento, deve levar em consideração sua origem e sua razão de ser motor da política pública. Sem isso, esvazia-se e perde a capacidade de responder por sua importância.

O Promic atravessou ativo as gestões pontuais porque constituiu-se em política pública de estado, não de um ou outro governo. Isso se tornou possível pela consciência da comunidade cultural e de parte significativa da opinião pública quanto a seu papel e importância.

O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC foi fundamental, em momentos diversos, para a manutenção e fortalecimento do Promic. Defendeu seu orçamento. Defendeu e formulou alternativas que garantissem a participação da pessoa física na apresentação de projetos. Defendeu a modalidade de bolsas, importante mecanismo de desburocratização e de aprofundamento da pesquisa cultural.

É fundamental que saibamos preservar e adequar o Promic, não só a pressão de circunstâncias externas, mas para o melhor fluxo e democratização da vida cultural. Sobretudo, precisamos saber mantê-lo como provedor de uma política cultural de interesse público.

O MOMENTO DA FÁBRICA – REDE POPULAR DE CULTURA

Ao propormos a **FÁBRICA – REDE POPULAR DE CULTURA**, intencionamos proporcionar novo e significativo momento de aprimoramento e avanços como política pública de cultura.

Eis seus horizontes:

1- CIRCULAÇÃO CULTURAL DIVERSA E ACESSÍVEL, EM LUGARES DE REFERÊNCIA

Consolidar um amplo circuito cultural na cidade, provendo e organizando uma programação cultural *em lugares que sejam ou se tornem referência, no centro, nas diversas regiões e nas periferias*, com agenda bem divulgada e programação diversa, continuada, ganhando e agregando públicos, com a população incorporando esses espaços e programações em suas opções de lazer e entretenimento;

2- AMPLA OFERTA DE OFICINAS DE CRIAÇÃO CULTURAL NAS COMUNIDADES

As oficinas de criação artística *tornam possível às pessoas CRIAR com a diversidade expressiva da arte, de modo a conhecer os repertórios, os modos e técnicas de fazer e as angulações possíveis de leitura, conhecimento e sensibilidade para a vida, que advém da arte e da consciência da cultura*. A presença das oficinas nos bairros, nas comunidades e nas escolas significam que os canais estarão abertos para melhorar a vida e para que despontem artistas, não sendo mais seletivos a partir da renda financeira das pessoas ou dificuldades de acesso às referências estéticas.

3- FOMENTAR PROJETOS DOS CRIADORES CULTURAIS

Fortalecer significativamente a dotação orçamentária do PROMIC, ampliando e aprimorando o fomento aos projetos culturais, selecionando-os por meio de editais públicos. Significa *o poder público reconhecer que a cultura é criação da vida social, onde são protagonistas os artistas, produtores culturais, agentes culturais, coletivos e comunidades*. É através desses atuadores sociais e de seus projetos que se proverá a cidade de um circuito cultural acessível e de oficinas criativas que realizam a política pública de cultura. Inclusive os grandes programas de ação cultural devem se realizar mediante projetos que se somem em redes culturais para os objetivos estabelecidos.

4- PROMOVER A INCUBAÇÃO DE PROJETOS

Incubação é a orientação ao planejamento e elaboração de projetos. *Ao oferecer esse serviço, o poder público de fato abre aos produtores culturais e comunidades a participação no fomento e na política pública de cultura*, transpondo a elitização (é preciso mais que discurso para superar o elitismo). Assim, qualifica a apresentação de projetos, leva às comunidades a possibilidade de participar do fomento com seus projetos e cria a oportunidade de dialogar sobre as prioridades culturais na cidade, estimulando os projetos a propor soluções criativas para viabilizá-las.

5- ARTICULAR REDES DE AÇÃO CULTURAL

A gestão cultural no âmbito das cidades torna possível fomentar projetos e ao mesmo tempo articulá-los em *ações culturais em rede*, num tecido cooperativo formado pelos projetos e pelo gestor público, onde as identidades se somam em ações pactuadas. As capacidades, conhecimentos e dificuldades são compartilhadas e se movimentam com objetivos comuns, em programas e ações conjuntas. São exemplos redes entre os festivais, programas de incentivo à leitura junto às bibliotecas, programas de preservação da memória e do patrimônio cultural, redes de oficinas criativas, programas de formação de agentes culturais, desenvolvimento de circuitos culturais escolares, etc.

6- AÇÕES TRANSVERSAIS COM OS POTENCIAIS DA CULTURA

A gestão municipal tem como prioridade organizar ações transversais entre as secretarias, otimizando a ação em favor da qualidade de vida e da cidadania em Londrina. Serão desenhados programas e ações conjuntas entre as secretarias da assistência, do idoso, da saúde, do ambiente, do turismo e a secretaria da cultura. Em boa parte desses programas e ações, as demais secretarias abrirão editais, com suas dotações orçamentárias, para recebimento de projetos culturais. A incubadora de projetos atuará esclarecendo e colaborando com o meio cultural na gestação de projetos. Mais recursos para a cultura. Ampliação da importância da cultura na vida da cidade.

7- EXPLORAR POTENCIAIS PEDAGÓGICOS E ARTE-EDUCATIVOS E FORMAR AGENTES SINGULARES

A ampliação das oficinas culturais nas comunidades, nas escolas e nas ações transversais do poder público permite o nascedouro de muitas e diversas práticas pedagógicas e arte educativas, a partir das linguagens artísticas, seus jogos e brincadeiras.

Organizar, aprimorar e compartilhar esses tesouros é uma obrigação nossa, assim como formar, nesse amplo movimento criativo, agentes culturais singulares que, vindos das comunidades ou ligando-se a elas, vão enriquecê-las de referências e experiências de organização e criação culturais. A formação desses agentes culturais singulares, comunitários, é um legado que fortalece a presença da cultura nas comunidades e lhes dá instrumentais para lutar pela importância da política cultural. Vislumbrar e organizar pedagogias da cultura, a partir da experiência desses projetos, organizá-las e difundir-las como saberes é outra das produções que queremos de nossa Fábrica da Cultura.

8 - ESTRUTURAR O DESENVOLVIMENTO DOS SEGMENTOS CULTURAIS

A garantia da diversidade artística depende de que a criação e circulação em linguagens diversas seja possível, o que implica desenvolver os vários segmentos culturais. Esta ação depende de um bom debate entre os artistas e a gestão pública, delineando ações e projetos estruturantes, que atendam necessidades como o intercâmbio, as condições de produção, os espaços físicos disponíveis, a possibilidade de realizar projetos, etc. O que é viável, em que tempo? O que vem primeiro? São decisões que vamos compartilhar.

9 - A COMUNICAÇÃO DO PROCESSO CULTURAL

As facilidades da comunicação na cibercultura não deixam lugar para desculpas: é totalmente factível a difusão ampla da agenda cultural, das ações, programas e projetos culturais, bem como indicadores quantitativos e qualitativos sobre a presença da cultura nas comunidades. Blogs, correio eletrônico e redes sociais permitem ofertar para a população uma visão de conjunto das ações culturais, e de profundidade sobre seus vários processos específicos. Há dois tipos de ação necessárias para ampliar a comunicabilidade: a primeira é que a capacidade de comunicação dos projetos seja trabalhada como parte da formação cultural necessária. A segunda é divulgar a agenda e a vida cultural da cidade, através de projetos que prevejam equipes profissionais e tenham políticas editoriais pautadas pela visão da diversidade cultural e da importância da cultura.

10- GESTÃO COMPARTILHADA, PARA FLUIR A CULTURA

Consideramos esse modelo de gestão pública um modelo de gestão compartilhada, onde, primeiramente, se

reconhece a realização da política pública de cultura se dá através dos projetos vindos da comunidade e do meio artístico-cultural. As prioridades maiores são aprovadas em conferências de cultura e o Conselho Municipal de Política cultural acompanha seu desenvolvimento, também apontando rumos.

A incubação de projetos, funcionando como um serviço oferecido pela Secretaria municipal de Cultura, constitui mecanismo inclusivo e facilitador para os artistas e a comunidade apresentarem seus projetos, debatendo com a gestão municipal as prioridades culturais e como atendê-las.

Além disso, ao implantar redes de articulação da ação cultural dos projetos, serão criados fóruns específicos onde eles e a Secretaria Municipal de Cultura promoverão trocas de experiências, discutirão rumos e ações comuns e atividades formativas necessárias ao melhor desenvolvimento das ações.

11- AMPLIAÇÃO DOS QUADROS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC

Para dar sustentação a essa ampliação da participação da cultura na vida da cidade, é fundamental prover a SMC de um quadro funcional adequado em quantidade e em características. Nos anos seguintes, envidaremos esse esforço, discutindo com os funcionários da secretaria e com o CMPC o perfil e as prioridades para essa estruturação funcional.